



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ: 01.582.075/0001-90
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras(Demonstrações) da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Companhia), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

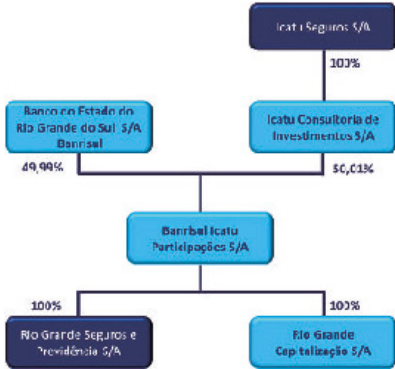
A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Consultoria de Investimento S.A., com 50,01%, e, também, tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:

A Companhia, tem como objeto, a negociação única e exclusiva de seguros de vida e previdência, através do canal bancário de vendas do Banrisul.

Nessas Demonstrações, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas.

2. Pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve seu ápice no primeiro semestre de 2021, com o seguinte panorama retratado pelas secretarias estaduais de saúde:



Como pode ser observado nos gráficos anteriores, o primeiro semestre do ano concentrou um grande volume de óbitos, impactando de forma relevante a sinistralidade – e, consequentemente, o resultado - das seguradoras de Vida. Ao longo do último trimestre do ano, com o avanço da vacinação, a quantidade de novos casos diminuiu, trazendo redução na sinistralidade. Dados da SUSEP indicam que a sinistralidade no mercado de vida em grupo e vida individual saltou de 49,8%, em 2020, para 70,9% em 2021. A seguir, a demonstração de resultados da Companhia em 2021, com e sem os impactos da COVID, onde tais impactos são entendidos como os sinistros pagos por mortes confirmadas exclusivamente da COVID, segundo a documentação de aviso de sinistro apresentada.

	2021	Sem efeito COVID	2021
Prêmios ganhos	652.703		652.703
Sinistros ocorridos	(170.599)	47.117	(123.482)
Custo de aquisição	(230.166)		(230.166)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(24.487)		(24.487)
Resultado com operações de seguros	227.451		274.568
Resultado com operações de resseguros	3.851	(4.107)	(256)
Resultado com operações de previdência	8.705		8.705
Despesas administrativas	(126.509)		(126.509)
Resultado financeiro	17.832		17.832
Despesas com tributos	(21.410)	(1.790)	(23.200)
Resultado operacional	109.920		151.140
Imposto de renda e contribuição social	(46.747)	(18.667)	(65.414)
Lucro líquido do exercício	63.173	22.553	85.726

3. Desempenho nas Operações de Seguros e Previdência complementar aberta

3.1. Operação e Patrimônio

Durante o ano de 2021, os prêmios ganhos foram de R\$ 652.703 (R\$ 636.622, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 2,5%.

Os sinistros ocorridos foram de R\$170.599 (R\$ 102.354, no mesmo período do ano anterior) e se desconsiderarmos os efeitos da pandemia de COVID, foram de R\$ 123.482 (R\$ 94.065 no mesmo período do ano anterior).

Os custos de aquisição foram de R\$ 230.166 (R\$ 239.110, no mesmo período do ano anterior), que representa um decréscimo de 3,7 %.

O índice de comissionamento ficou em 35,3% em 2021, contra 37,6% no ano anterior, sem alteração expressiva, dado que a Companhia vem mantendo os custos de suas operações e o comissionamento não foi afetado pela pandemia.

Como explicado anteriormente, a pandemia da COVID foi a principal responsável pelo aumento da sinistralidade em 2021 e 2020, mas por outro lado, também pode ter influenciado no aumento nos prêmios de seguros, em função de uma maior procura por seguros de vida.

A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência no exercício de 2021 foi de R\$ 718.287 (R\$ 343.291 no mesmo período do ano anterior).

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar, em 31 de dezembro de 2021, alcançou R\$ 236.156 (R\$ 275.265 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 2.813.667 (R\$1.968.241 em 31 de dezembro de 2020), representando um aumento de 42,9%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2021, atingiu o montante de R\$ 158.489 (R\$ 198.057 em 31 de dezembro de 2020).

3.2. Despesas Administrativas, Resultado Financeiro e Solvência

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas administrativas foram de R\$ 126.509 (R\$ 120.680, em 31 de dezembro de 2020), sendo 7,4% da receita bruta (10,2% em 31 de dezembro de 2020), melhorando em relação ao mesmo período de 2020. Este índice reflete a qualidade do controle sobre as despesas administrativas, revelando ganho em produtividade e o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento da Companhia em aprimorar seus processos.

Em 31 de dezembro de 2021, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 17.832 (R\$ 8.711 em 31 de dezembro de 2020), representando um aumento de 104,7%. A variação se deu em função, principalmente, do aumento da taxa básica de juros – Selic – e dos índices de inflação – IPCA e IGPM – que afetaram positivamente as aplicações financeiras da companhia.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 121.203, em 31 de dezembro de 2021 (R\$132.994 em 31 de dezembro de 2020) e 147% de suficiência de capital (163% em 31 de dezembro de 2020).

4. ASG – Ambiental, Social e Governança

No exercício de 2021, em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou R\$ 78.000 (R\$ 86.864 no exercício de 2020) em pagamentos de dividendos, R\$ 119.405 (R\$ 115.837, no exercício de 2020) pagos à serviços de parceiros terceirizados, R\$ 21.410 (R\$ 27.528 em 2020) em tributos indiretos e R\$ 46.747 (R\$ 54.000, no exercício de 2020) em tributos diretos.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

5. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras (individuais e consolidadas).

6. Agradecimento

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração.

Fonte: <https://covid.saude.gov.br/> - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020							
(Em milhares de reais)							
ATIVO		31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE		2.681.436	1.891.253	CIRCULANTE		794.147	597.542
Disponível		30.694	27.318	Contas a pagar		68.501	45.876
Caixa e bancos		4.043	2.975	Obrigações a pagar	Nota 12	61.275	36.869
Equivalente de caixa	Nota 5	26.651	24.343	Impostos e encargos sociais a recolher		1.974	2.547
Aplicações	Nota 5	2.500.620	1.731.137	Impostos e contribuições	Nota 13	5.252	6.455
Créditos das operações com seguros e resseguros		45.796	47.190	Outras contas a pagar		–	5
Prêmios a receber	Nota 6	26.862	37.218	Débitos de operações com seguros e resseguros		40.553	39.164
Operações com seguradoras	Nota 7	9.487	6.702	Prêmios a restituir		-	871
Operações com resseguradoras	Nota 8	9.447	3.270	Operações com seguradoras		4.338	2.355
Créditos das operações com previdência complementar		70	50	Operações com resseguradoras	Nota 14	6.301	3.287
Outros créditos operacionais	Nota 9	60.775	44.091	Corretores de seguros e resseguros	Nota 15	29.914	32.651
Ativos de resseguro	Nota 10	9.389	6.811	Outros débitos		682	–
Títulos e créditos a receber		2.382	1.329	Passivo de arrendamento	Nota 20	682	–
Títulos e créditos a receber		1.393	1.130	Débitos de operações com previdência complementar		155	97
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1	989	199	Depósitos de terceiros	Nota 16	1.435	733
Custos de aquisição diferidos		31.710	33.327	Provisões técnicas - seguros	Nota 17	640.701	469.528
Seguros	Nota 17	31.676	33.305	Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 18	42.096	42.144
Previdência	Nota 18	34	22	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.861.055	1.172.642
ATIVO NÃO CIRCULANTE		132.231	76.988	Contas a pagar		8.762	7.487
Realizável a longo prazo		131.997	76.818	Outras contas a pagar - obrigações fiscais	Nota 22.3	8.762	7.487
Aplicações	Nota 5	76.842	27.939	Provisões técnicas - seguros	Nota 17	1.712.912	1.045.575
Ativos de resseguro	Nota 10	3.347	2.675	Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 18	138.989	119.258
Títulos e créditos a receber		19.845	11.894	Outros débitos - provisões judiciais		392	322
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2	8.938	1.663	Provisões judiciais	Nota 22.2	392	322
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 22.4	10.907	10.231	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 23	158.489	198.057
Outros bens e valores		448	–	Capital social		72.188	72.188
Ativos de direito de uso	Nota 20	448	–	Reservas de lucros		88.599	123.860
Custos de aquisição diferidos		31.515	34.310	Ajustes de avaliação patrimonial		(2.298)	2.009
Seguros	Nota 17	31.439	34.234	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.813.667	1.968.241
Previdência	Nota 18	76	76				
Imobilizado		231	170				
Intangível		3	–				
TOTAL DO ATIVO		2.813.667	1.968.241				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Prêmios emitidos	694.827	636.346	
Contribuições para cobertura de riscos	1.336	1.131	
Variação das provisões técnicas	(43.460)	(855)	
Prêmios ganhos	Nota 26.1	652.703	636.622
Sinistros ocorridos	Nota 26.2	(170.599)	(102.354)
Custos de aquisição	Nota 26.3	(230.166)	(239.110)
Outras receitas (despesas) operacionais	Nota 26.4	(24.487)	(24.678)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	227.451	270.480	
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 26.5	3.851	531
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	1.009.902	540.702	
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(719.741)	(364.439)	
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	Nota 26.6	290.161	176.263
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		12.717	9.141
Variação de outras provisões técnicas	Nota 26.7	(289.507)	(177.493)
Custo de aquisição		(4.883)	(3.001)
Outras receitas (despesas) operacionais		217	(125)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	8.705	4.785	
Despesas administrativas	Nota 26.8	(126.509)	(120.680)
Despesas com tributos	Nota 26.9	(21.410)	(27.528)
Resultado financeiro	Nota 26.10	17.832	8.711
RESULTADO OPERACIONAL	109.920	136.299	
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	7
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	109.920	136.306	
Imposto de renda	Nota 27	(26.803)	(33.288)
Contribuição social	Nota 27	(19.944)	(20.712)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	63.173	82.306	
Quantidade de ações	2.091	2.091	
Lucro líquido do exercício por ação	30,2	39,4	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ: 01.582.075/0001-90
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS						
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendo Adicional	Proposto	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados
							Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	72.188	14.438	99.269	—	—	3.313	—
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	—	—	—	—	—	(1.304)	—
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	—	—	82.306
Destinação do Lucro Líquido:							
Reserva Estatutária	—	—	71.153	—	—	—	(71.153)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	—	—	—	—	—	—	(11.153)
Dividendo Adicional Proposto -AGE 25/03/2020	—	—	(31.000)	—	—	—	(31.000)
Dividendos declarados e pagos - AGE de 30/09/2020	—	—	(30.000)	—	—	—	(30.000)
Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2020	72.188	14.438	109.422	—	—	2.009	—
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	—	—	—	—	—	(4.307)	—
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	—	—	63.173
Destinação do Lucro Líquido:							
Dividendos Mínimos Obrigatórios	—	—	—	—	—	—	(31.586)
Dividendos Adicional Proposto	—	—	—	16.400	—	—	(16.400)
Constituição Reserva Estatutária	—	—	15.187	—	—	—	(15.187)
Dividendos declarados e pagos - AGE 25/02/2021	—	—	(28.848)	—	—	—	—
Dividendos declarados e pagos - AGE 29/03/2021	—	—	(18.000)	—	—	—	(18.000)
Dividendos declarados e pagos - AGE 26/08/2021	—	—	(20.000)	—	—	—	(20.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	72.188	14.438	57.761	16.400	—	(2.298)	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") e a controladora Icatu Consultoria de Investimento S.A.

1.1. Arrendamentos Mercantis – Mudança de Prática

O Pronunciamento estabelece o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia analisou todos os contratos de arrendamento e foram identificados 2 contratos de arrendamentos e leasing, que estão enquadrados na categoria: Imóveis. Na avaliação efetuada temos o montante estimado de aproximadamente R\$ 896 mil nos ativos da companhia.

Em linha com o permitido pela norma, foram desconsiderados do escopo da análise: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) contratos com valores inferiores a USD 5 mil (R\$ 20 mil).

A Companhia adotou o IFRS 16 (CPC 06 R2) em 1º de janeiro de 2021 como referendado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 22/09/2020. Na transição a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige comparabilidade na apresentação das informações de períodos anteriores.

	Valores antes da adoção do CPC 06 (R2) no balanço patrimonial:	Valores Após a adoção do CPC 06 (R2) em 31/12/2020	Valores Após a adoção do CPC 06 (R2) em 01/01/2021
Ativo			
Circulante	1.891.253		1.891.253
Não Circulante	76.988		76.988
Direito de uso – CPC 06 (R2)	-	896	896
	1.968.241	896	1.969.137
Passivo			
Circulante	(597.542)		(597.542)
Arrendamento Mercantil a Pagar - CPC 06 (R2)		(443)	(443)
Não Circulante	(1.172.642)		(1.172.642)
Arrendamento Mercantil a Pagar - CPC 06 (R2)		(453)	(453)
Patrimônio Líquido	(198.057)		(198.057)
	(1.968.241)	(896)	(1.969.137)

1.2. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021, com o pico de óbitos diários confirmados, em 08 de abril de 2021, atingindo 4.249 mortes. No segundo semestre, apesar do número de casos de contágios confirmados ter aumentado, com o pico em 18 de setembro de 2021 de 150.106 casos confirmados, o número de óbitos confirmados reduziu consideravelmente. Os casos de óbitos decorrentes de COVID impactaram, de forma relevante, a sinistralidade das empresas de seguros de pessoas. A Companhia também teve sua sinistralidade impactada, afetando o seu resultado no ano de 2021. Dados da SUSEP indicam que a sinistralidade do mercado de vida em grupo e vida individual saltou de 49,8%, em 2020, para 73,2% em 2021. Por outro lado, a pandemia também gerou uma procura maior por seguro de vida, influenciando o crescimento dos prêmios.

Em 2021, a Companhia apresentou um crescimento em seus prêmios ganhos de 2,5%, com R\$ 652.703 contra R\$ 636.622, no ano anterior. Seu comissionamento de 35,3% foi reduzido, pois em 31 de dezembro de 2020 era de 37,6%. Os valores foram de R\$230.166 em 2021 e R\$239.110 em 2020. A sinistralidade, que em 2020 era de 16,1%, aumentou para 26,1%, saindo de uma despesa de R\$102.354 em 2020, para uma despesa de R\$170.599 em 2021. Na rubrica de Sinistros Ocorridos, o impacto confirmado da pandemia de COVID foi de R\$47.117. Desconsiderando esse impacto, a sinistralidade da Companhia teria sido de 18,9%, portanto, próxima ao ocorrido em 2020. As demais rubricas, não tiveram impactos relevantes.

As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia, que vêm sendo relaxadas no Brasil, dada a queda observada nos óbitos ao longo do último trimestre de 2021.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no ano de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embutido, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como "Valor Justo por Meio do Resultado", bem como na variação no patrimônio líquido daqueles ativos marcados como "Disponíveis para Venda". A taxa básica de juros aumentou sete vezes consecutivas até o final de dezembro, encerrando em 9,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária "COPOM" iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC da Companhia. Em contrapartida, os instrumentos financeiros com taxas de juros pré-fixadas e os passivos sensíveis a variações nas taxas de juros foram impactados negativamente pela abertura das curvas de juros. Ainda, tanto os instrumentos financeiros quanto os passivos indexados à inflação foram afetados pela elevação do IPCA e, principalmente, do IGP-M observados ao longo deste ano. Cabe destacar que a estratégia de investimentos em instrumentos financeiros indexados à inflação impactou de forma positiva e relevante o resultado do ano de 2021.

A Companhia vem monitorando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária às adaptações que o momento incomum requer.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias reguladas pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº432 de 12 de novembro de 2021 e a circular 648 de 12 de novembro de 2021, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022.

2.1. Base de Mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa (Notas 3.3 e 5).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Notas 3.4.1 e 5).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (Notas 3.4.2 e 5).
- Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (Notas 3.12, 17 e 18).

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos, deduzidos das comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de Provisão para Prêmio Não Ganho (PPNG) e dos Custos de Aquisição Diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (Custos de Aquisição Diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão,
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.
- Os sinistros, constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos Técnicos nº 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando as decisões de compra e venda são baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

Com relação aos instrumentos financeiros derivativos, todas as operações são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	63.173	82.306
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4.306)	(1.304)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(7.179)	(2.174)
Imposto sobre a perda originada no exercício	2.873	870
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	58.867	81.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	63.173	82.306
Ajustes para:	1.377.648	605.561
Depreciação e amortizações	479	585
Ganhos ou (perdas) com ativos não correntes	(7)	(7)
Variação das provisões técnicas - seguros	1.292.491	505.402
Variação das provisões técnicas - previdência	40.562	43.410
Variação de impostos sobre o lucro	44.123	56.171
Variação nas contas patrimoniais		
Aplicações	(825.565)	(284.239)
Débitos/créditos das operações com seguros e resseguros	2.783	6.709
Débitos/créditos das operações com previdência complementar	39	79
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(3.250)	(2.803)
Créditos tributários e previdenciários	(3.983)	(22)
Ativo fiscal diferido	(4.082)	(1.663)
Depósitos judiciais e fiscais	(676)	39.107
Custos de aquisição diferidos	4.412	22.621
Outros ativos	(17.834)	(20.568)
Outras contas a pagar	7.541	34.473
Depósitos de terceiros	702	(7.140)
Provisões técnicas - seguros	(453.981)	(238.268)
Provisões técnicas - previdência complementar	(20.879)	(17.276)
Outros débitos - provisões judiciais	751	111
Passivo fiscal diferido	—	(1.402)
Outros passivos	—	(62.304)
Caixa gerado pelas operações	126.798	155.282
Imposto sobre o lucro pagos	(45.326)	(66.065)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	81.472	89.217
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(93)	85
Intangível	(4)	(385)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(97)	(300)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio//	(78.000)	(86.864)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(78.000)	(86.864)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.376	2.053
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.318	25.265
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.694	27.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros "disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis".

3.4.3. Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:

- Utilizamos como rating, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os spreads disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o Capital Rate do imóvel da matriz como spread.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios – 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% ao ano. O período e o método de depreciação para os ativos imobilizados são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de depreciação, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos depreciação) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", no resultado do período.



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

3.8. Redução ao valor recuperável

3.8.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

A redução ao valor recuperável dos recebíveis (prêmios a receber de segurados) é calculada para os ramos de vida, baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência.

3.8.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.9. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis. Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

3.9.1. IRPJ e CSLL Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.9.2. PIS e COFINS Diferidos

A Companhia constitui crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) e Provisão de Sinistro Ocorrido mas não Avisado (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente. Esta constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.10. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto a qualquer tempo, mediante qualquer alteração, de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal, cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independentemente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, pois os tributos são devidos, os valores são líquidos e certos e portanto, provável que haja um descaixe para este pagamento. Essa é a melhor estimativa na data-base das Demonstrações, até que uma decisão judicial a altere, favoravelmente à Companhia.

As Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica “Outros Débitos - Provisões Judiciais”, no passivo não circulante, mas as provisões de natureza civil vinculadas a contratos de seguros, estão contabilizadas na “Provisões Técnicas - Provisão de Sinistros a Liquidar”, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

Na Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial, a Companhia provisiona em 100% os processos considerados prováveis. Quando necessário, o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, que se refere ao ajuste nos sinistros incorridos e não avisados (incurred but not enough reported), com base em percentual apurado atuarialmente e calculado em estudo específico, baseado no histórico das ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL, mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. O critério de provisionar 100% dos processos que apresentam probabilidade de perda provável encontra-se baseado na experiência de pagamentos das ações judiciais ao longo dos últimos 5 (cinco) anos.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas, são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, Tribunal e Região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo.

3.11. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)

O registro contábil dos dividendos nas Demonstrações acontece quando são efetivamente distribuídos ou quando têm sua distribuição aprovada pelos acionistas, em uma assembleia geral, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração aprecia as Demonstrações anuais e apresenta à assembleia geral a proposta de distribuição do resultado do exercício. O registro contábil desses dividendos é refletido no patrimônio líquido da Companhia, sendo àqueles obrigatórios reconhecidos como passivo circulante. Os dividendos obrigatórios podem deixar de ser pagos, se tal determinação for decidida em assembleia geral, obedecendo as exigências legais, em casos específicos.

Os Juros Sobre o Capital Próprio, assemelham-se aos dividendos por serem uma modalidade de remuneração de capital próprio, com benefícios fiscais limitados. O teto do benefício é apurado a partir de cálculos determinados na legislação em vigor, e os pagamentos dentro deste limite podem ser registrados como despesa, no resultado do exercício da Companhia, incidindo sobre o montante pago o imposto de renda retido na fonte com alíquota de 15%. Essa troca de tributação por uma incidência de imposto de renda menor é o benefício fiscal que difere os JSCP dos dividendos e visam incentivar o investimento no mercado de ações.

3.12. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsicamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação. Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados nas notas 3.6 e 20.

3.13. Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CNSP, SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas, brutas de resseguro, e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.13.1. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC) e de Benefícios Concedidos (PMBC)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.13.2. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidas e ainda não pagas, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das Demonstrações e ainda pendentes de regularização.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Sendo:

- os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados.
- e, os ajustes de IBNER judicial calculado conforme percentual de perda histórica dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado. Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidas e ainda não pagas, atualizados monetariamente.

3.13.3. Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ou eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

(I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência.

(II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão.

(III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não citados. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais.

(IV) Os sinistros ocorridos e não citados, que nada mais é do que o IBNR dos sinistros judiciais, é apurado pela diferença entre os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos. Considerando que a metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I, também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não citados (IBNC), por comparação temos o IBNR Judicial.

3.13.4. Provisão de Prêmios Não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)

A provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método pro rata die, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios.

A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira. Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor R\$ 200 mil, o método de Chain-Ladder é utilizado, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses. Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se a média simples das últimas “n” emissões de cada apólice. Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

3.13.5. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.13.6. Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, as devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e as portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e as contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações.

3.13.7. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros/benefícios. A metodologia utiliza como base os custos baseados em atividades (ABC, Activity Based Costing), identificando as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada, relacionando-os com o valor da despesa acordada contratualmente entre as seguradoras pela prestação de serviços.

3.13.8. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.13.9. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na NOTA 3.13.

3.14. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros registrados contabilmente é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC, com contrapartida no resultado.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2021-m e BR-EMSsb-V.2021-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes em dezembro/2021. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmf-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

3.14.1. Resultado do cálculo do TAP

O quadro a seguir demonstra o resultado do TAP:

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	31/12/2021	31/12/2020
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	10.636	10.003
Provisões técnicas na data base	(10.637)	(9.182)
Resultado do TAP	(1)	821

Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

3.15. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de Adequação de Passivos (TAP) dos passivos de seguros, cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Essas premissas foram revisadas desde 2021 considerando qualquer agravamento que a pandemia de COVID pudesse provocar. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.16. Novas Normas Contábeis Ainda Não Adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações e não foram adotados antecipadamente:

3.16.1. CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 01 de janeiro de 2023, conforme amendment do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Companhia realizou o teste requerido pelo amendment e adotará de forma retrospectiva em 01 de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável e (III) contabilização de cobertura (hedge accounting).

3.16.2. CPC 50 – Contratos de Seguros

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração (“BBA – Business Block Approach”); (ii) modelo de taxa variável (“VFA – Variable Fee Approach”); (iii) abordagem de alocação de prêmio (“PPA – Premium Allocation Approach”). Os modelos “i” e “ii” são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo “iii” é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 01 de janeiro de 2023.

O Grupo Icatu iniciou o Programa de Implementação dessa norma com frentes integradas de trabalho envolvendo as áreas de Tecnologia, Dados, Contabilidade e Atuarial. Os possíveis impactos de mensuração de seus contratos, decorrentes desta Implementação serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma e após ser referendada pela SUSEP.

4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Circular SUSEP 648, de 12 de novembro de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor de riscos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise dos comitês de gestão de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor de riscos organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em quatro etapas, sendo elas identificação e revisão, mensuração, manutenção e tratamento de riscos. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, Companhia utiliza o sistema de controles internos que é composto pelos processos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los. Para isso tais áreas aplicam e monitoram indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira da Companhia e avaliar a eficiência do seu funcionamento.

De forma a considerar a distribuição de funções, as áreas da Companhia onde está compreendida a unidade de negócio, estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

1. Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.
2. Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas de defesa, conforme melhor explicado abaixo:
 - As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
 - A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.
3. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como appetite a riscos. Ele é apurado através de simulações em um horizonte de um ano para os Capitais Regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), utilizando-se cenários base e de stress, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de stress.

Todas as Diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em Investimentos de Alto Risco e Investimentos de Baixo Risco, conforme *rating* nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: *Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 264.924, correspondentes a 77,43% (R\$ 253.958 correspondentes a 81,43% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras nestas datas (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 75.117 (R\$ 57.168 em 31 de dezembro de 2020).

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 2.263.307 (R\$ 1.471.558 em 31 de dezembro de 2020).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 765 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 735 em 31 de dezembro de 2020). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos a suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de contratos de resseguro, o Grupo Icatu adota um procedimento criterioso na escolha dos resseguradores que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos em sua política de resseguro, documento formal, aprovado e publicado pelos comitês da Companhia, onde estão definidas as regras gerais a serem observadas no processo de contratação de operações de resseguro.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperável de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.

A Companhia opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro da Companhia é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro em 31 de dezembro de 2021:

		31/12/2021		31/12/2020	
Tipo		Exposi- ção (R\$)	Exposi- ção (%)	Exposi- ção (R\$)	Exposi- ção (%)
Ressegurador	Rating				
Admitida	A+ pela Standard & Poor's	14	0,06%	-	0,00%
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	2.802	12,63%	1.964	15,40%
Local	AA- pela Standard & Poor's	13.789	62,16%	7.330	57,46%
Local	A- pela A. M. Best Company	5.105	23,01%	3.200	25,09%
Local	B++ pela A. M. Best Company	473	2,13%	262	2,05%
Total		22.183	100,00%	12.756	100,00%

4.1.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado decorrem da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Companhia.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.

(II) DV01 (dollar-value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas para a Companhia:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;

- A perda com a oscilação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

- O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

	31/12/2021		31/12/2020	
Fatores de Risco	DIV-01	EWMA	DIV-01	EWMA
Pré-fixado - DI	- 0,88	- 2,00	- 0,93	0,04
Taxa Referencial	- 0,90	- -	- 0,93	- -
IGPM	- 0,98	- -	- 0,91	- -
IPCA	(19) 0,99	1.478	104.645	6 0,99
Ações	- 0,96	- -	- 0,96	28

4.1.1.3 Risco de Liquidez

Consiste na possibilidade da Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia e, sempre que necessário, realiza ajustes nas posições dos investimentos, para adequar a carteira de investimentos com a demanda de liquidez.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando a projeção do fluxo de caixa da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (ALM - Assets and Liabilities Management) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em comitê de investimentos.

Em conformidade com exigências regulatórias a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para cobertura das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido (CMR), mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência mantidos pela Companhia:

31/12/2021				
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	4.043	-	-	4.043
Equivalente de Caixa	26.651	-	-	26.651
Aplicações Financeiras	753.805	302.814	1.520.843	2.577.462
Crédito das operações de seguros e previdência	106.641	-	-	106.641
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9.389	1.503	1.844	12.736
Títulos e créditos a receber	12.300	-	-	12.300
Total de ativos	912.829	304.317	1.522.687	2.739.833
Contas a pagar	45.676	-	-	45.676
Provisões Técnicas	682.797	679.765	1.172.136	2.534.698
Débito das operações	41.415	-	-	41.415
Depósitos de terceiros	1.435	-	-	1.435
Total de passivos	771.323	679.765	1.172.136	2.623.224

31/12/2020				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Ativos e passivos				
Caixa e bancos	2.975	-	-	2.975
Equivalente de Caixa	24.343	-	-	24.343
Aplicações Financeiras	740.020	259.144	759.912	1.759.076
Crédito das operações de seguros e previdência	91.331	-	-	91.331
Ativos de resseguro - provisões técnicas	6.811	1.091	1.584	9.486
Títulos e créditos a receber	11.361	-	-	11.361
Total de ativos	876.841	260.235	761.496	1.898.572
Contas a pagar	53.363	-	-	53.363
Provisões Técnicas	511.672	510.357	654.476	1.676.505
Débito das operações	39.261	-	-	39.261
Depósitos de terceiros	733	-	-	733
Total de passivos	605.029	510.357	654.476	1.769.862

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e compliance. A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para mitigar os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

Com relação ao impacto da Pandemia COVID-19 a gestão dos riscos operacionais foi efetuada de com eficácia de maneira a mitigar as exposições críticas a níveis reduzidos. Para isso, o Grupo Icatu rapidamente estabeleceu um modelo híbrido de trabalho para os colaboradores, respeitando todos os protocolos de segurança, como distanciamento social, proteção individual, comunicados educativos e assistência médica. Os colaboradores puderam, e ainda podem, acessar todos os recursos necessários para a boa execução de seu trabalho de maneira remota, com utilização de boas práticas de Segurança da Informação como acesso à VPN, duplo fator de autenticação, monitoramento de estações de trabalho, atualizações constantes dos dispositivos, gestão de incidentes, entre outros.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração da Companhia, formalizadas na política de subscrição de riscos e de resseguro. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

31/12/2021						
Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/Valor de mercado	Percentual contábil das Aplicações/Percentual de mercado das aplicações

I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:

Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	646				646	0,02%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos Bloqueio Judicial	200				200	0,01%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	95.896	629.029	1.341.249	405.767	2.471.941	94,92%
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)	95.887	511.782	1.249.871	405.767	2.263.307	86,91%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	- 68.871	91.378	-	160.249	6,15%
Operações Compromissadas	SELIC	- 48.466	-	-	48.466	1,86%
Outros		9	(90)	-	(81)	0,00%
Total	96.742	629.029	1.341.249	405.767	2.472.787	94,96%

I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:

Operações Compromissadas	SELIC	26.651			26.651	1,02%
Total		26.651			26.651	1,02%

II. Títulos Disponíveis para Venda:

Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos						
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 3,60%	- 28.033	76.642	-	104.675	4,02%
Total		- 28.033	76.642	-	104.675	4,02%
Total das Aplicações Financeiras		96.742	683.713	1.417.891	405.767	2.604.113
Circulante					2.527.271	
Não Circulante					76.842	

A Companhia subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos.

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, a Companhia possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por ramo e por região, da Companhia, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2021			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	61.414	175.925	237.339
Prestamista	-	291.042	291.042
Acidentes Pessoais	18.026	73.268	91.294
Outros	-	33.027	33.027
Total Seguros	79.440	573.262	652.702

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2020			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	61.985	170.395	232.380
Prestamista	25.108	265.798	290.906
Acidentes Pessoais	20.276	64.322	84.598
Outros	-	28.738	28.738
Total Seguros	107.369	529.253	636.622

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2021			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	61.414	174.483	235.897
Prestamista	-	289.650	289.650
Acidentes Pessoais	18.026	72.941	90.967
Outros	-	29.181	29.181
Total Seguros	79.440	566.255	645.695

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2020			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	61.985	169.287	231.272
Prestamista	25.108	265.445	290.553
Acidentes Pessoais	20.276	64.112	84.388
Outros	-	25.163	25.163
Total Seguros	107.369	524.007	631.376

A distribuição de rendas de contribuições e prêmios de VGBL está concentrada na região Sul, totalizando R\$ 290.161 (R\$ 176.263 em 31/12/2020).

4.1.1.6. Gestão de Capital

4.1.1.6.1. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos da Companhia e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7 Riscos Estratégicos

Os Riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e demonstradas nos extratos dos custodiantes, nas datas apontadas.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como Equivalentes de Caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$ 26.651 (R\$ 24.343 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a composição da carteira de instrumentos financeiros detidos pela Companhia os seguintes montantes de Equivalentes de Caixa: R\$ 26.651 (R\$ 24.343 em 31 de dezembro de 2020)

O valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 108.505 (R\$ 77.545 em 31 de dezembro 2020). Dessa forma, as perdas não realizadas, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 3.830, brutos de tributos e R\$2.298, líquidos de tributos (ganho de R\$ 3.349, brutos de tributos e R\$2.009, líquidos de tributos, em 31 de dezembro 2020)

5.1. Saldos de aplicações financeiras

A seguir, a composição dos instrumentos financeiros das indicadas, onde a totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado está no circulante e apenas os ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses das outras duas categorias, estão no circulante. Os equivalentes de Caixa estão em rubrica separada. Os instrumentos financeiros, estão no não circulante:



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

31/12/2020						
	Taxas contratadas	Sem vencimentos	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/ Valor de mercado
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:						Percentual contábil das Aplicações/Percentual de mercado das aplicações
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		588	—	—	—	588
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos Bloqueio Judicial		217	—	—	—	217
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos		69.760	616.283	814.483	176.851	1.677.377
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)		69.749	483.999	740.959	176.851	1.471.558
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	—	99.540	73.524	—	173.064
Operações Compromissadas	SELIC	—	32.825	—	—	32.825
Outros		11	(81)	—	—	(70)
Total		70.565	616.283	814.483	176.851	1.678.182
II. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:						
Operações Compromissadas	SELIC	—	24.343	—	—	24.343
Total		—	24.343	—	—	24.343
II. Títulos Disponíveis para Venda:						
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos						
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 5,52%	—	53.172	27.722	—	80.894
Total		—	53.172	27.722	—	80.894
Total das Aplicações Financeiras Circulante		70.565	693.798	842.205	176.851	1.783.419
Não Circulante						1.755.480
						27.939

5.2. Movimentação por categorias de aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.405.731	85.138	1.490.869
(+) Aplicações	1.055.756	—	1.055.756
(-) Resgates	(785.172)	(9.634)	(794.806)
(+) Rendimentos	26.210	7.564	33.774
(+/-) Ajuste ao valor justo	—	(2.174)	(2.174)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1.702.525	80.894	1.783.419
(+) Aplicações	1.651.258	75.028	1.726.286
(-) Resgates	(941.509)	(58.039)	(999.548)
(+) Rendimentos	87.164	13.971	101.135
(+/-) Ajuste ao valor justo	—	(7.179)	(7.179)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	2.499.438	104.675	2.604.113

5.3. Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo;
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

31/12/2021			
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Ações de Cias Abertas	2.058.193	441.245	2.499.438
Letras Financeiras do Tesouro	1.297.068	—	1.297.068
Notas do Tesouro Nacional:	255.179	2.539	257.718
Letras do Tesouro Nacional	151.632	—	151.632
Debêntures de Distribuição Pública	—	243.875	243.875
Operações Compromissadas	354.272	—	354.272
Letras Financeiras	—	90.268	90.268
Certificados de Depósito Bancário	—	7.966	7.966
Fundos de Investimento Não Exclusivos	—	646	646
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	—	96.418	96.418
Notas Promissórias	—	1.935	1.935
Depósito a Prazo com Garantia Especial	—	—	—
Outras Aplicações	—	(2.602)	(2.602)
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos Bloqueio Judicial	—	200	200
II. Títulos disponíveis para venda:	104.675	—	104.675
Notas do tesouro nacional	104.675	—	104.675
Total (I + II)	2.162.868	441.245	2.604.113

31/12/2020			
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Ações de Cias Abertas	1.237.883	464.642	1.702.525
Letras Financeiras do Tesouro	574.188	—	574.188
Notas do Tesouro Nacional:	132.404	—	132.404
Letras do Tesouro Nacional	212.542	25.266	237.808
Debêntures de Distribuição Pública	—	256.166	256.166
Operações Compromissadas	318.710	—	318.710
Letras Financeiras	—	99.978	99.978
Certificados de Depósito Bancário	—	2.671	2.671
Fundos de Investimento Não Exclusivos	—	588	588
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	—	70.692	70.692
Notas Promissórias	—	11.395	11.395
Outras Aplicações	—	(2.331)	(2.331)
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos Bloqueio Judicial	—	217	217
II. Títulos disponíveis para venda:	80.894	—	80.894
Notas do tesouro nacional	80.894	—	80.894
Total (I + II)	1.318.777	464.642	1.783.419

6. Prêmios a receber

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

A composição do saldo de prêmios a receber por ramo era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Prestamista	9.643	16.026
Auxílio Funeral	130	—
Acidentes Pessoais Coletivo	5.868	6.324
Vida em Grupo	11.078	13.988
Outros	214	929
Total de Prêmios a Receber Bruto	26.933	37.267
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(71)	(49)
Total de Prêmios a Receber	26.862	37.218

6.2. Movimentação de prêmios a receber

A movimentação dos prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável, era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	37.267	40.101
(+) Prêmios Emitidos	702.212	645.328
(+) IOF	3.327	2.502
(-) Prêmios Cancelados	(7.385)	(8.982)
(-) Recebimentos	(708.488)	(641.682)
Prêmios a Receber Bruto	26.933	37.267
Saldo inicial	(49)	(89)
(-) Constituição	(674)	(888)
(+) Reversão	653	928
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(71)	(49)
Prêmios a Receber Líquidos	26.862	37.218

6.3. Idade dos Prêmios a Receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

31/12/2021			
	Prêmios a Receber Bruto	Redução do Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	26.835	(3)	26.832
Vencidos			
1 até 30 dias	28	(3)	25
31 até 60 dias	9	(3)	6
61 até 120 dias	9	(9)	—
121 até 180 dias	6	(6)	—
181 até 365 dias	15	(15)	—
mais de 365 dias	31	(31)	—
Total	26.933	(71)	26.862

31/12/2020			
	Prêmios a Receber Bruto	Redução do Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	37.206	—	37.206
Vencidos			
1 até 30 dias	13	(2)	11
31 até 60 dias	2	(1)	1
61 até 120 dias	2	(2)	—
121 até 180 dias	15	(15)	—
181 até 365 dias	9	(9)	—
mais de 365 dias	20	(20)	—
Total	37.267	(49)	37.218

7. Crédito das operações – operações com seguradoras

As posições referentes as operações em que a Companhia registra prêmios a receber por cossegueros aceitos das outras companhias de seguros, visando o compartilhamento do risco do segurado, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de cosseguero aceito	9.545	6.760
Redução ao valor recuperável	(58)	(58)
Total	9.487	6.702

8. Operações com resseguradoras

Essa rubrica registra os recebíveis de operações com as resseguradoras, àquelas cujas despesas já foram pagas pela Companhia, principalmente, as referentes aos sinistros sofridos pelos segurados e seus beneficiários, e a Companhia tem o direito de recebimento da parte do risco que cabe à resseguradora, como demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Sinistros Pagos a Recuperar	9.465	3.259
Outros Créditos a Recuperar	11	11
Redução ao valor recuperável	(29)	—
Total	9.447	3.270

9. Outros créditos oepacionais

Essa rubrica registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras, no valor de R\$ 60.775 (R\$ 44.091 em 31 de dezembro 2020). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

10. Ativos de resseguro

São as provisões técnicas referentes aos contratos de resseguro feitos pela Companhia para mitigar seus riscos, nas datas indicadas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de Prêmios não Ganhos	2.613	1.637
Sinistros a Liquidar	5.425	4.000
Sinistros Ocorridos não Avisados	1.338	1.174
Provisão Matemática Benefícios Concedidos	13	—
Total Circulante	9.389	6.811
Sinistros a Liquidar	2.168	1.663
Sinistros Ocorridos não Avisados	1.043	1.012
Provisão Matemática Benefícios Concedidos	136	—
Total Não Circulante	3.347	2.675
Total	12.736	9.486

11. Créditos tributários e previdenciários

11.1. Tributos a recuperar

Os tributos a Recuperar, registrados no ativo circulante são compostos por tributos para apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Circulante		
Imposto de Renda	164	145
Demais Impostos	825	54
Total de Créditos Fiscais	989	199

11.2. Impostos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro. Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários:

	31/12/2020	Consti- tuição	Realização/ Reversão	31/12/2021
Ativo - Não Circulante				
Imposto de Renda Diferido	1.877	4.857	(4.990)	1.743
Diferenças Temporárias	1.877	1.084	(2.174)	786
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	—	3.773	(2.816)	957
Contribuição Social Diferida	1.126	2.872	(2.952)	1.046
Diferenças Temporárias	1.126	649	(1.304)	471
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	—	2.223	(1.648)	575
PIS e COFINS Diferidos	—	6.008	(659)	6.149
PIS e COFINS Diferidos	—	6.008	(659)	6.149
Total de Créditos Fiscais Diferidos	3.003	14.537	(8.601)	8.938
Passivo - Não Circulante				
Imposto de Renda Diferido	837	3.025	(3.862)	—
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	837	3.025	(3.862)	—
Contribuição Social Diferido	502	1.815	(2.317)	—
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	502	1.815	(2.317)	—
Total de Débitos Fiscais Diferidos	1.339	4.840	(6.179)	—
Total de Créditos e Débitos Diferidos	1.664	9.697	(8.422)	8.938

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças temporárias – 2022 a 2031		
2022	88	7%
2023	88	7%
2024	101	8%
2025	101	8%
2026	113	9%
2027 a 2031	767	61%
Total geral	1.257	100%

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda / contribuição social		
Provisão p/ Contingências Fiscais	58	52
Outras Provisões	597	1.382
Fundo de Marketing	2.259	1.003
PIS COFINS Diferido	(6.149)	—
Atualização Depósito Judicial	(2.384)	(2.418)
COFINS Exigibilidade Suspensa	7.537	6.440
PIS Exigibilidade Suspensa	1.225	1.047
Total das Provisões temporárias	3.143	7.506
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	786	1.877
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	471	1.126
Total	1.257	3.033

12. Obrigações a pagar

O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e está composto da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	114	105
Dividendos a Pagar	31.587	11.153
Pagamentos a realizar	17.590	15.644
Provisão Fundo de Marketing	2.259	1.003
Prestação de Serviços Compartilhados	9.405	8.866
Outras Contas a Pagar	320	98
Total	61.275	36.869

13. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curtíssimo prazo:

	31/12/2021	31/12/2020
IR	1.532	1.795
CSLL	1.726	1.714
COFINS	1.715	1.911
PIS	279	310
Outros	—	725
Total	5.252	6.455

14. Débito das operações – operações com resseguradoras

São prêmios a pagar aos resseguradores, relativos aos contratos de seguros feitos pela Companhia com o intuito de mitigar os riscos em seus contratos de seguros, com as seguintes posições:

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de Resseguro Cedido a Pagar	6.558	3.544
Comissão de Resseguro a Recuperar	(257)	(257)
Total	6.301	3.287

15. Débito das operações – corretores de seguros e resseguros

São comissões a pagar e os pró-labores à corretores pelos contratos de seguros vendidos para a corretora, os ressarcimentos às congêneres pelas partes das comissões que cabem à Companhia nos contratos de cossegueros aceitos as estimativas referentes aos contratos já vigentes, porém ainda não emitidos, como a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Comissões riscos emitidos diretos	16.608	405
Comissões RVNE	8.281	10.664
Comissões Cosseguero Aceito	3.707	4.904
Comissão Cosseguero Aceito RVNE	576	740
Pró-labore	742	15.938
Total Corretores de Seguros e Resseguros	29.914	32.651

16. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos Depósitos de Terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
1 até 30 dias	1.344	56
31 até 60 dias	15	22
61 até 120 dias	16	9
121 até 180 dias	4	15
181 até 365 dias	8	31
Acima de 365 dias	48	600
Total	1.435	733



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

A movimentação das provisões de técnicas e custo de aquisição diferidos de seguros é a seguinte:

	Saldos em 31/12/2020	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2021
Provisões Técnicas – Seguros					
Prêmios não Ganhos	58.586	61.749	(15.758)	–	104.577
Prêmios não Ganhos – RVNE	14.857	6.413	(8.948)	–	12.322
Benefícios a Conceder	1.320.571	1.076.436	(375.990)	72.265	2.093.282
Benefícios Concedidos	1.456	13	(159)	148	1.458
Sinistro a Liquidar	62.252	1.675.545	(1.660.895)	2.580	79.482
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	52.197	320.127	(319.577)	–	52.747
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	3.413	42.133	(37.600)	–	7.946
Excedente Técnico	74	66	(61)	–	79
Provisão de Despesas Relacionadas	1.697	3.361	(3.338)	–	1.720
Total	1.515.103	3.185.843	(2.422.326)	74.993	2.353.613

	Saldos em 01/01/2020	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2020
Provisões Técnicas – Seguros					
Prêmios não Ganhos	54.991	27.207	(23.612)	–	58.586
Prêmios não Ganhos – RVNE	17.635	5.624	(8.402)	–	14.857
Benefícios a Conceder	980.908	571.628	(251.809)	19.844	1.320.571
Benefícios Concedidos	1.460	40	(99)	55	1.456
Sinistro a Liquidar	57.094	1.082.279	(1.078.516)	1.395	62.252
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	131.664	328.553	(408.020)	–	52.197
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	3.102	30.926	(30.615)	–	3.413
Excedente Técnico	36	87	(49)	–	74
Provisão de Despesas Relacionadas	1.079	1.814	(1.196)	–	1.697
Total	1.247.969	2.048.158	(1.802.318)	21.294	1.515.103

	01/01/2020	Constituições	Amortizações	31/12/2020	Constituições	Amortizações	31/12/2021
Custo de Aquisição Diferido	90.164	1.405	(24.030)	67.539	6.823	(11.247)	63.115
Total	90.164	1.405	(24.030)	67.539	6.823	(11.247)	63.115
Circulante	38.061			33.305			31.676
Não Circulante	52.103			34.234			31.439

17.1. Análise de Sensibilidade – Seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado. Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade da premissa de sinistralidade, o estresse de 10% mostrou-se suficiente para cobertura das oscilações baseadas na experiência observada. Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido 31/12/2021			
Variável	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 10% de Sinistralidade		10.367	9.802	9.206
Sinistralidade	Redução de 10% na Sinistralidade		(10.367)	(9.802)	(9.206)

18. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

	31/12/2021			31/12/2020		
Provisões Técnicas	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios não Ganhos	103	–	103	82	–	82
Benefícios a Conceder	39.106	130.920	170.026	39.257	111.731	150.988
Benefícios Concedidos	1.129	8.049	9.178	936	6.790	7.726
Sinistros a Liquidar Administrativo	609	–	609	943	–	943
Sinistros a Liquidar Judicial	264	–	264	193	–	193
Eventos Ocorridos mas não Avisados	707	–	707	510	–	510
Provisão de Despesas Relacionadas	2	20	22	1	12	13
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	176	–	176	127	–	127
Provisão Complementar de Cobertura	–	–	–	95	725	820
Total	42.096	138.989	181.085	42.144	119.258	161.402

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos de Previdência Complementar estão demonstradas a seguir:

	31/12/2020	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2021
Provisões Técnicas					
Prêmios não Ganhos	82	85	(64)	–	103
Benefícios a Conceder	150.988	40.698	(27.868)	6.208	170.026
Benefícios Concedidos	7.726	1.405	(1.840)	1.887	9.178
Sinistro a Liquidar	1.136	8.208	(8.513)	42	873
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	510	237	(40)	–	707
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	127	2.451	(2.402)	–	176
Provisão de Despesas Relacionadas	13	18	(9)	–	22
Provisão Complementar de Cobertura	820	165	(985)	–	–
Total	161.402	53.267	(41.721)	8.137	181.085

	01/01/2020	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2020
Provisões Técnicas					
Prêmios não Ganhos	74	34	(26)	–	82
Benefícios a Conceder	127.166	48.809	(26.771)	1.784	150.988
Benefícios Concedidos	6.095	620	(456)	1.467	7.726
Sinistro a Liquidar	496	6.342	(5.835)	133	1.136
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	426	125	(41)	–	510
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	254	1.527	(1.654)	–	127
Provisão de Despesas Relacionadas	11	4	(2)	–	13
Provisão Complementar de Cobertura	746	226	(152)	–	820
Total	135.268	57.687	(34.937)	3.384	161.402

	01/01/2020	Constituições	Amortizações	31/12/2020	Constituições	Amortizações	31/12/2021
Custo de Aquisição Diferido	94	29	(25)	98	27	(15)	110
Total	94	29	(25)	98	27	(15)	110
Circulante	12			22			34
Não Circulante	82			76			76

18.1. Análise de Sensibilidade – Previdência

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos estão classificados no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido 31/12/2021			
Variável	Coberturas de Acumulação/Sobrevivência Premissas	Bruto de Resseguro	Bruto de Resseguro		
Taxa de Juros	Redução de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)		711		750
Taxa de Juros	Aumento de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)		–		(659)
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência		–		362
Sobrevivência	Redução de 10% na taxa de sobrevivência		–		(326)

19. Desenvolvimento de sinistro

O desenvolvimento de sinistros bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

Ano de aviso do sinistro							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	169.494
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.249	94.101	100.180	–
2 anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	73.561	98.049	–	–
3 anos após o aviso	6.515	46.930	56.278	74.134	–	–	–
4 anos após o aviso	6.440	46.922	56.846	–	–	–	–
5+ anos após o aviso	6.419	47.362	–	–	–	–	–
6+ anos após o aviso	6.431	–	–	–	–	–	–
Estimativa na data base (2019) (a)	6.431	47.362	56.846	74.134	98.049	100.180	169.494
Pagamentos efetuados (b)	(6.419)	(46.275)	(55.816)	(72.142)	(87.680)	(94.813)	(108.996)
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	12	1.087	1.030	1.992	10.369	5.367	60.498
Sinistros a Liquidar Total							80.355

O desenvolvimento de sinistros líquido de resseguro está demonstrado a seguir:

Ano de aviso do sinistro							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
No ano do aviso	8.480	64.989	71.622	74.678	86.986	87.368	159.401
1 ano após o aviso	7.386	52.697	59.016	73.755	90.346	94.791	–
2 anos após o aviso	6.611	47.742	56.339	72.016	92.395	–	–
3 anos após o aviso	6.502	46.817	55.903	72.060	–	–	–
4 anos após o aviso	6.427	46.808	56.350	–	–	–	–
5+ anos após o aviso	6.405	47.182	–	–	–	–	–
6+ anos após o aviso	6.417	–	–	–	–	–	–
Estimativa na data base (2019) (a)	6.417	47.182	56.350	72.060	92.395	94.791	159.401
Pagamentos efetuados (b)	(6.405)	(46.162)	(55.321)	(70.716)	(84.913)	(89.699)	(102.618)
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	12	1.029	1.029	1.344	7.482	5.092	56.783
Sinistros a Liquidar Total							72.762

20. Outros bens e valores – direito de uso

Outros Bens e Valores são compostos pelos ativos e passivos de arrendamentos, que em sua grande maioria são contratos de direito de uso de softwares, e a movimentação está apresentada a seguir:

	Adições em 01/01/2021	Depreciação/ Movimentação	31/12/2021
ATIVO	–	896	(448)
Não Circulante	–	896	(448)
PASSIVO	–	896	(214)
Circulante	–	443	239
Não Circulante	–	453	(453)

Arrendamentos a Pagar			
Arrendamentos a pagar			687
Juros de arrendamento			(5)
			682

21. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões Técnicas – Seguros e Previdência:	2.534.698	1.676.505
Ajustes:		
Direito Creditório	(12.633)	–
Custos de Aquisição Diferidos (redutores)(a)	(29.243)	(18.448)
Provisões Técnicas – Resseguros (redutores)(b)	(10.112)	(7.849)
Total a ser Coberto	2.482.710	1.650.208

Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas	
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos	2.576.616
Quotas de Fundos de Investimento – Não Exclusivos	646
Total dos Ativos Vinculados	2.577.262
Equivalente de Caixa	26.651
Ativos Bloqueio Judicial – Não Vinculado a Cobertura de Reserva	200
Total de Aplicações (d)	2.604.113
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	121.203

(a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 31.710 (R\$ 33.327 em 31 de dezembro de 2020) e Não Circulante R\$ 31.515 (R\$ 34.310 em 31 de dezembro de 2020), total R\$ 63.226 (R\$ 67.637 em 31 de dezembro de 2020) sendo redutores R\$ 29.243 (R\$ 18.448 em 31 de dezembro de 2020) e não redutores R\$ 33.983 (R\$ 49.189 em 31 de dezembro de 2020);

(b) Ativos de Resseguro – Provisões Técnicas: Circulante R\$ 9.389 (R\$ 6.811 em 31 de dezembro de 2020) e Não Circulante R\$ 3.347 (R\$ 2.645 em 31 de dezembro de 2020) , total de R\$ 12.736 (R\$ 9.486 em 31 de dezembro de 2020) sendo redutores R\$ 10.112 (R\$ 7.849 em 31 de dezembro de 2020)e não redutores R\$ 2.624 (R\$ 1.637 em 31 de dezembro de 2020).

22. Provisões judiciais, depósitos judiciais e obrigações fiscais

22.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais (Notas 17 e 18).

A intempestividades das ações judiciais no Brasil, nos impossibilita mensurar com razoável certeza os prazos de liquidação das ações judiciais. Seja por conta da insegurança jurídica, seja por conta da modernização que o poder judiciário vem passando, ou outros motivos, qualquer tentativa pode nos levar a um erro material para mais ou menos e por isso não divulgamos o *aging* de nossas ações judiciais.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que não estão ligados à contratos existentes:

Abaixo composição da Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial, por probabilidade:

Causas Cíveis – Relacionadas a Sinistros/Benefícios						
	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	46	5.246	5.246	34	4.428	4.428
Possível	124	12.691	–	94	9.079	–
Remoto	7	585	–	7	475	–
Total	177	18.522	5.246	135	13.982	4.428

(*) Provisões cíveis relacionadas à sinistros/benefícios são apresentados na Provisão de Sinistros a Liquidar, na rubrica Provisões Técnicas – Seguros (Nota 17).

22.2. Outras provisões judiciais

São os valores em discussão dos processos judiciais, compostos pelas demais causas cíveis, causas trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica “Outros Débitos”, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis – Não relacionados a sinistros/benefícios						
	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	13	334	334	9	270	270
Possível	101	2.980	–	54	1.086	–
Remota	11	127	–	5	65	–
Total	125	3.441	334	68	1.421	270

Causas Fiscais							
	31/12/2021			31/12/2020			
			Valor			Valor	
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Provisionado	
Provável		1	58	58	1	52	52
Possível		5	1.908	—	5	1.755	—
Total		6	1.966	58	6	1.807	52



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

22.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	952	828
Fiscais	9.955	9.403
Total Depósitos Judiciais	10.907	10.231

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	9.403	48.260
Adições	975	595
Atualização Monetária	326	709
Baixa	(749)	(40.161)
Saldo Final	9.955	9.403

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital subscrito e integralizado de R\$ 72.188 é representado por 2.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

23.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2021 as Reservas de Lucros de R\$ 88.599(R\$ 123.860 em 31 de dezembro de 2020) são compostas por: Reserva Legal em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 14.438 (R\$ 14.438 em 31 de dezembro de 2020) que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social ou 30% das reservas de lucros mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor, A Reserva Estatutária, no valor de R\$ 57.761 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 109.422 em 31 de dezembro de 2020), é constituída pelo valor apurado pelo lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal, dividendos e juros sobre o capital próprio, observando o limite legal de teto do valor do capital social, conforme legislação em vigor, e tem como objetivo a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimento em tecnologia e outras ações amplamente divulgadas pela Companhia nos últimos anos.

23.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de um valor negativo de R\$ 2.298 (R\$ 2.009 em 31 de dezembro de 2020).

23.4. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

Conforme disposição estatutária, a Companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 31.586 (R\$ 11.153 em 31 de dezembro de 2020) e dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 16.400.

23.5. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2021
Patrimônio Líquido	158.489
Ajustes contábeis	(24.967)
Despesas Antecipadas	(3)
Ativos Intangíveis	(3)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(24.961)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	32.870
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	469
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	32.401
Subtotal PLA – nível	166.492
PLA Nível I	124.584
PLA Nível II	32.970
PLA Nível III	8.938
Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (d)	–
Limitador 15% CMR – PLA nível III	–
Limitador 50% CMR – PLA nível II e III	–
PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. Do Exc. De Nível 2 e 3 (e = a+b+c+d)	166.392
Capital Base (CB) (a)	15.000
Capital de Risco de Crédito	8.087
Capital de Risco de Subscrição	102.668
Capital de Risco – Mercado	3.441
Capital de Risco – Redução por correlação	(6.313)
Capital de Risco – Operacional	5.108
Capital de Risco (CR)(b)	112.991
Capital Mínimo Requerido – CMR maior entre (a) e (b)	112.991
Patrimônio líquido ajustado	166.392
(-) Exigência de capital – EC	(112.991)
Suficiência de capital – R\$	53.401
Suficiência de capital (% da EC)	147%

24. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se as transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

	Ativo		Passivo		Despesas		Receitas	
Partes relacionadas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Icatu Seguros S.A. (Ligada) a	10.663	12.158	(8.044)	(7.259)	(60.998)	(73.092)	131.476	147.376
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) e	–	–	(1)	(0)	(5)	(4)	–	–
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) b	–	–	(8.099)	(7.462)	(95.369)	(88.638)	–	–
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora) d	–	–	(31.586)	(11.153)	–	–	–	–
Rio Grande Capitalização S/A (Ligada) c	6.687	8.768	–	–	(19.039)	(19.575)	1.100	1.479
Total	17.350	20.926	(47.730)	(25.874)	(175.411)	(181.308)	132.576	148.855

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) Valores referentes acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros. Os valores das contas a receber e a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
(b) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A. Os valores das contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
(c) A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela Icatu Capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica “Outras Receitas e Despesas Operacionais”;
(d) Valor referente a dividendos a pagar e JCP sobre as movimentações oriundas da distribuição de resultados;
(e) Valor referente a taxa de administração de fundos de previdência.

25. Principais ramos de atuação – seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

	31/12/2021			31/12/2020		
Ramo	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento
Vida em Grupo	237.340	21,3%	31,6%	232.380	14,7%	36,2%
Prestamistas	291.042	33,3%	39,5%	290.907	18,2%	40,9%
Acidentes Pessoais	91.294	6,7%	36,6%	84.598	5,2%	35,9%
Outros	33.027	51,6%	20,2%	28.737	36,4%	19,0%
Total	652.703			636.622		

26. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

26.1. Prêmios ganhos – seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Emitidos Direto	569.588	494.091
Prêmios Cosseguro Aceito a Congêneres	131.476	147.377
Prêmio Riscos Vigentes Não Emitidos	(6.237)	(5.122)
Receitas de Contribuições Planos Repartição Simples	972	686
Receitas de Contribuições Planos de Renda	364	445
Variação das Provisões Técnicas	(43.460)	(855)
Total	652.703	636.622

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Luciano Snel Corrêa **Vice-presidente:** Claudio Coutinho Mendes
Demais Conselheiros: Ademair Schardong; Claudio Leite Gastal; Cidmar Luis Stoffel; Luiz Carlos Caio Tomazeli
Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7

26.2. Sinistros ocorridos – seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Indenizações Avisadas	(168.897)	(101.730)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	(528)	1.421
Despesas com Sinistros	(135)	(976)
Outras Despesas com Sinistros	(1.039)	(1.069)
Total	(170.599)	(102.354)

26.3. Custo de aquisição – seguros

	31/12/2021	31/12/2020
	(187.196)	(8.035)
	(4.484)	(22.763)
	(38.485)	(208.312)
Total	(230.166)	(239.110)

26.4. Outras receitas e despesas operacionais – seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com Cobrança	(7.167)	(6.953)
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	(210)	(102)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos	(22)	75
Outras Despesas DPVAT	–	(61)
Despesas com títulos de Capitalização	(17.017)	(17.576)
Outras Receitas/(Despesas)Operacionais	(71)	(61)
Total	(24.487)	(24.678)

26.5. Resultado com operações de resseguro – seguros e previdência

	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Indenização – Seguros	10.348	5.408
Recuperação de Indenização de Benefícios – Previdência	486	370
Prêmio Cedido em Resseguro – Seguros	(7.894)	(5.736)
Prêmio Cedido em Resseguro – Previdência	(67)	(32)
Variação das provisões técnicas – Seguros	977	521
Total	3.851	531

26.6. Receita de contribuições e prêmios de VGBL – previdência

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Emitidos	982.662	517.536
Receitas de Contribuições Planos	28.176	27.198
Restituições	(935)	(4.032)
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL	1.009.902	540.702

PMBAC –Planos de Renda	(719.741)	(364.439)
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(719.741)	(364.439)
Total	290.161	176.263

26.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	31/12/2021	31/12/2020
PPNG –Planos Repartição Simples	(7)	(5)
PPNG –Planos de Renda	(14)	(3)
PVR – Planos Renda	(289.640)	(175.946)
Despesas com Benefícios e Resgates	(510)	(1.358)
Outras Provisões	663	(181)
Total	(289.507)	(177.493)

26.8. Despesas administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de Terceiros	(119.405)	(115.837)
Localização e Funcionamento	(661)	(930)
Publicidade e Propaganda	(5.188)	(2.458)
Publicações	(191)	(168)
Donativos e Contribuições	(976)	(1.237)
Despesas Administrativas Diversas	(87)	(50)
Total	(126.509)	(120.680)

26.9. Despesas com tributos

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos	(656)	(454)
COFINS	(15.804)	(22.547)
PIS	(2.570)	(3.663)
Taxa de Fiscalização	(2.335)	(819)
Outras Despesas com Tributos	(45)	(45)
Total	(21.410)	(27.528)

26.10. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Categoria – Valor Justo por meio do Resultado	104.951	49.194
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos	104.549	48.688
Outras Receitas Financeiras	402	506
Categoria – Disponível para Venda	–	7.564
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos	–	7.564
Total – Receitas Financeiras	104.951	56.758
Categoria – Valor Justo por meio do Resultado	(3.414)	(22.478)
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos	(3.414)	(22.478)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas – Previdência	(8.137)	(3.383)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas – Seguros	(74.970)	(21.234)
Outras Despesas Financeiras	(598)	(952)
Total – Despesas Financeiras	(87.119)	(48.047)
Total	17.832	8.711

27. Conciliação dos imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2020			
	31/12/2021			
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	109.920	109.920	136.306	136.306
ADIÇÕES	5.973	5.973	10.411	10.411
Adição Permanente	–	–	567	567
Doações e Patrocínios Indedutíveis	947	947	1.209	1.209
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	70	70	111	111
Outras Provisões	1.263	1.263	37	37
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	2.418	2.418	7.749	7.749
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	1.275	1.275	738	738
EXCLUSÕES	(9.389)	(9.389)	(3.146)	(3.146)
Outras Provisões	(856)	(856)	(727)	(727)
PIS e COFINS Diferido	(6.149)	(6.149)	–	–
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	(2.384)	(2.384)	(2.419)	(2.419)
Resultado Ajustado	106.504	106.504	143.571	143.571
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15% + 5%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(26.659)	(19.289)	(35.869)	(21.535)
Incentivos Fiscais	947	–	1.209	–
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	(1.091)	(654)	1.372	823
Despesas com IRPJ/CSLL	(26.803)	(19.944)	(33.288)	(20.712)
Alíquota Efetiva – Resultado Antes dos Impostos	24,4%	18,1%	24,4%	15,2%

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988 em 31/12/2021, passará a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15% a partir de 01/01/2022.

28. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2021 da Icatu Seguros.

DIRETORIA

Diretor Presidente: Cesar Luiz Salazar Saut
Diretores: Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo
Atuário: Lúgia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ: 01.582.075/0001-90
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e de previdência

Veja Notas 3.13, 3.14, 17 e 18 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.13, 3.14, 17 e 18 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e de previdência privada: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e Provisão Complementar de Cobertura ("PCC"), sendo esta última constituída, quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos.

Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuados com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos.

- conciliação dos registros analíticos suporte a PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE com os respectivos saldos contábeis.

- teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos certificados, avisos de sinistros e apólices, respectivamente.

- com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial: (i) efetuamos, com base em amostragem, recálculo da PMBaC de acordo com as condições contratuais, incluindo atualização monetária; e (ii) avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas, projeções de prêmios e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e no teste de adequação dos passivos, bem como efetuamos recálculo independente das referidas provisões técnicas e do teste de adequação dos passivos partindo das bases de dados operacionais da Companhia.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

líquido ajustado" utilizado de R\$141.772 mil (em 30 de junho de 2021) e R\$166.491 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariado, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariado considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório,

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras:

(i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado (s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6



PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Porto Alegre – RS

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$141.772 mil (em 30 de junho de 2021) e R\$166.491 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio

da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$141.772 mil (em 30 de junho de 2021) e R\$166.491 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referida, em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Consultores Ltda.

CNPJ: 02.189.924/0001-03

CIBA 45

Felipe Fieri Amado

MIBA 2.385



PROTOCOLO DE ASSINATURAS JORNAL DO COMÉRCIO

Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:

<https://www.jornaldocomercio.com/edicao/jornal/jcomercio/2022/02/25/1952/issue9304.pdf>

Para verificar a autenticidade do documento acima acesse o site do ITI, ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação do certificado digital:

<https://verificador.it.gov.br/verifier-2.7/>

Selecione o PDF baixado e clique em verificar conformidade:

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

VERIFICADOR DE CONFORMIDADE

Arquivo de assinatura (recomenda-se os formatos .p7s, .xml, .pdf):

SELECIONAR ASSINATURA

VERIFICAR CONFORMIDADE

O documento foi assinado digitalmente pela Empresa Jornalística JC Jarros CNPJ 92.785.989/0001-04 com certificado digital reconhecido pelo ICP Brasil.

